



Promotoras criam movimento por representatividade na carreira

Em busca de maior representatividade feminina em suas respectivas instituições, promotoras de Justiça criaram o Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público, que já conta com apoio de defensoras públicas, advogadas e juízas. O primeiro encontro do movimento será nos dias 25 e 26 de maio, em São Paulo.

O objetivo, segundo o documento de lançamento do grupo, é formular e implementar ações voltadas à valorização da mulher membro do Ministério Público. O movimento aponta também a desigualdade entre homens e mulheres em cargos de direção.

Segundo um levantamento feito por promotoras, 59% dos cargos de direção do MP são ocupados por homens e 41%, por mulheres. A pesquisa diz que, entre janeiro de 2007 e dezembro de 2016, enquanto o colégio de procuradores contava com 64% de homens, apenas 36% eram mulheres. O mesmo acontece com os procuradores gerais de justiça: 84% delas são ocupadas por homens.

Segundo a promotora de Justiça de São Paulo, **Maria Gabriela Manssur**, diretora da Associação Paulista do MP Mulher, a "representatividade feminina hoje é tema que está presente na pauta da maioria das empresas privadas".

Para ela, levantar o debate para as instituições do sistema de Justiça é uma necessidade urgente. "O respeito à diversidade interna demonstra preocupação com a prestação de um serviço público de qualidade, estratégico e que garanta o acesso à justiça a todas as pessoas", diz.

De acordo com a promotora de Justiça de Rondônia, **Tânia Garcia Santiago**, o movimento tem como foco "colocar em pauta em cada unidade ministerial as questões das discussões de gênero e de desigualdades na ocupação dos cargos estratégicos da instituição". A perspectiva de gênero na atuação ministerial, segundo ela, "dá maior representatividade e legitimidade aos interesses sociais que defendemos".

No mesmo sentido, a procuradora do trabalho, **Valdirene Silva de Assis**, coordenadora de Combate à Discriminação do MPT, considera o movimento como uma iniciativa pioneira e necessária.

"Nasce no contexto do trabalho articulado das colegas da Comissão sobre Violência Contra a Mulheres do Grupo Nacional de Direitos Humanos, que integro, visando discutir a efetiva participação feminina em todas as instâncias de poder do Ministério Público do Brasil. A mesma igualdade de gênero que buscamos em nossa atuação institucional de ser refletida na composição e funcionamento interno do Ministério Público, em âmbito nacional", defende a procuradora.

Clique [aqui](#) para ler o documento.

Date Created

24/04/2018